

## XIII Jornada Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISC

Políticas públicas educacionais: o que esperar para o pós-pandemia?



### RESPONSABILIDADE FAMILIAR E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO CONSERVADOR

Larissa Scotta  
Universidade de Santa Cruz do Sul

...  
Eixo 2 – Educação, Cultura e Produção de Sujeitos

Neste trabalho buscamos apresentar algumas questões que serão abordadas em nosso Projeto de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, que traz como problemática central o papel da família na governamentalidade neoliberal conservadora e suas implicações na área da educação.

Partindo de uma perspectiva teórica que define o neoliberalismo como um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 17), o qual ultrapassa o nível de ideologia ou política econômica e o significa como uma racionalidade, uma “razão-mundo” que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas a própria conduta dos governados, buscaremos em nossa tese articular e fazer movimentar sentidos de proposições delineadas por Foucault (2010, 2008, 1998), Cooper (2017, 2020), Dardot e Laval (2016), Brown (2019, 2018, 2016), entre outros, acerca da governamentalidade neoliberal e seu atual desdobramento conservador. Interessa-nos, a partir de uma metodologia de trabalho baseada em uma pesquisa teórica, pensar o ‘governo da família’ no contexto da aliança estabelecida entre a economia de livre mercado e o novo conservadorismo social, enfocando o que seria um dos principais pontos de convergência de uma e outra perspectiva, a saber, a noção de “responsabilidade familiar” (COOPER, 2020). A partir disso, propomo-nos a pensar o funcionamento de tal responsabilização tomando como objeto de análise o cenário educacional.

Inicialmente, procuraremos percorrer genealogicamente a ideia de ‘responsabilização’ individual que atravessa o projeto neoliberal, a qual remonta discursivamente à Sociedade *Mont Pèlerin* e seu objetivo de difundir os ideais

neoliberais, na década de 1940, a partir do ‘resgate’ dos valores morais, sociais e políticos que estariam ‘em ruínas’. Então, a partir de um deslocamento analítico, abordaremos a ideia do ‘*homo oeconomicus*’ (FOUCAULT, 2008), o sujeito responsável, capaz de assumir riscos por suas ações e, portanto, de governar sua própria conduta.

Com base na afirmação de Milton Friedman, principal representante da Escola de Chicago, de que “A unidade operacional última de nossa sociedade é a família, não o indivíduo” (2004, p. 40), trabalharemos sob a perspectiva de que a racionalidade neoliberal instaura a “ideia de que as ‘obrigações naturais’ da família devem servir como um substituto para o estado de bem-estar, que o ‘altruísmo’ da família representa um tipo de contrato de seguro mútuo primitivo e serve como contrapeso necessário às liberdades de mercado” (COOPER, 2020, p. 3). Com isso, tencionamos explorar os desdobramentos dessa ‘responsabilização da família’, a qual se estrutura a partir da “moralização da ação econômica que acompanha a economização do político” e “que converte, discursiva e eticamente, o trabalhador, o estudante, o pobre, os pais, o consumidor, naquele cujo dever moral é buscar o auto-investimento perspicaz e estratégias empreendedoras de autocuidado” (BROWN, 2018, p. 37-38).

Como hipótese, lançamos a compreensão de que o fortalecimento da instituição familiar e seu papel social, produzidos discursivamente a partir: 1) da defesa dos ‘valores familiares’ (COOPER, 2017), pelos conservadores, e 2) da sustentação de uma unidade da família quase que ‘autossuficiente’, responsável e culpabilizável pela vida de seus membros e da própria nação, pelos neoliberais; em um contexto cada vez mais marcado por restrições e cortes em investimentos públicos em educação, saúde e cuidados com crianças e idosos, por exemplo, traz consigo a substituição dos “laços impessoais” da seguridade social pelos “laços familiares”, relações baseadas em parentesco forjadas no autocuidado, apoio mútuo e dívida intergeracional (COOPER, 2017).

A fim de aprofundarmos essa discussão, lançaremos luz sobre a interpretação proposta por Cooper (2017) de que os neoliberais, mesmo quando tratam sobre o que parecem ser questões macroeconômicas ‘mais neutras’ de política monetária e finanças públicas, estão também falando sobre a família enquanto instituição econômica e o papel que ela deve desempenhar. Para tanto, analisaremos o funcionamento do discurso neoliberal a partir do que propõem, por exemplo, Milton Friedman, quando este trata da família e da herança; Gary Becker, quando pensa o ‘capital humano’ e o investimento dos pais e a ideia de altruísmo; James M. Buchanan, quando aponta a importância do capital

familiar e da ordem moral; e Richard Posner e Becker, que tratam dos perigos do divórcio sem culpa e a jurisprudência da privacidade sexual.

É nessa esteira de pensamento que abordaremos como neoliberalismo e neoconservadorismo, para além de suas diferenças e contraposições, estabelecem uma relação de colaboração a partir da instauração da instituição familiar como fundadora da ordem social e econômica:

As duas perspectivas precisam reforçar as obrigações não-contratuais da família de alguma forma, embora por diferentes razões: para os neoliberais, a família atua como uma alternativa necessária ao Estado de bem-estar social e como lastro do livre mercado, enquanto para os neoconservadores, a família é o fundamento inquestionável da ordem social. (COOPER, 2020)

Ambos contribuem para produzir a irresponsabilidade do governo em relação ao fundamento de suas decisões. O neoliberalismo transforma problemas de ordem coletiva em problemas a serem ‘resolvidos’ pelos sujeitos (e suas famílias, nós afirmamos), a partir de soluções de mercado e da instauração do modelo de empresa em todas as esferas, tendo como norteadores os critérios de eficiência e lucro. Já o neoconservadorismo oferece as ferramentas para o autoritarismo da governança neoliberal, uma vez que mobiliza nos sujeitos a atualização de um discurso nacional-teológico de ‘sacrifício moralizado’, necessário à saúde e sobrevivência do todo (BROWN, 2018).

Tendo, pois, como ‘pano de fundo’ esse cenário de estruturação e funcionamento da vida a partir dos critérios da racionalidade neoliberal atravessada pelo neoconservadorismo social, chegaremos ao cerne de nossa investigação teórica. Dardot e Laval (2016) sublinham de que um dos casos exemplares de construção de situação de mercado pela qual os neoliberais se mobilizaram muito no terreno político é o da educação. O trabalho político e ético de responsabilização realizado pelos neoliberais, associado a numerosas formas de “privatização” da conduta, vai situar a problemática da educação a partir do imperativo do modelo da empresa, da ideia da concorrência e do investimento em “capital humano”, os quais farão parte de nossa investigação futura.

Os autores vão mais longe, afirmando que:

A orientação a favor de um “mercado escolar” dominou as políticas de reforma escolar no mundo a partir dos anos 1990, em graus diferentes conforme o país. Isso não deixou de ter consequências para a fragmentação dos sistemas educacionais e a diferenciação dos locais e dos modos de escolaridade, de acordo com as classes sociais. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 224).

Entendemos, pois, que o neoliberalismo atualiza os sentidos da educação enquanto política social, de forma que essa passa a ser discursivizada a partir de um recuo calculado do Estado como seu principal provedor e da consequente responsabilização dos sujeitos e suas famílias. Estas, funcionando como estabilizadoras da ordem social, aderem à ideia de liberdade e de moralidade tão representativas do pensamento neoliberal e ‘voluntariamente’ aceitam para si o ‘peso’ da redução das funções do Estado.

Nesse panorama em que a família tende, cada vez mais, a se encarregar da educação dos filhos, a partir do financiamento de cursos, escolas e universidades privadas; da escolha pelo ‘homeschooling’, modalidade de ensino em que as famílias ensinam os filhos em casa, amplamente apoiada por alguns setores conservadores; ou, ainda, a partir da adesão e defesa de projetos como o Escola sem Partido, por exemplo, estamos diante de uma forma de ‘governo’ dessa instituição que vai produzir efeitos consistentes em toda a estrutura educacional. É, pois, sobre essa questão que nos debruçaremos em nossa tese.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo; Conservadorismo; Responsabilidade Familiar; Educação.

## **REFERÊNCIAS**

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politéia, 2019.

BROWN, W. **Cidadania sacrificial, neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade.** Trad. Juliane Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BROWN, W. **El pueblo sin atributos:** la secreta revolución del neoliberalismo, Barcelona, Malpaso, 2016, 313 p.

COOPER, M. **Family values:** between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017.

COOPER, M. **Tudo na conta da família:** como neoliberais e conservadores se uniram para desfazer o Estado de Bem-Estar. *Boston Review*'s. 31 mar. 2017. Tradução de Carlos Henrique Silveira. Disponível em <https://www.carloshenriquesiqueira.com/post/tudo-na-conta-da-fam%C3%ADlia>. Acesso em 10 de ago. 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016, 402p.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010, 439 p.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: LTC, 2014.